

Iesbem ficará com invasores apenas por mais 10 dias

A direção do Instituto Estadual de Bem Estar do Menor (Iesbem) deu, ontem, um prazo de 10 dias para que as famílias de invasores de Rosa da Penha abandonem as dependências da instituição e se transfiram para a área cedida pelo governo estadual em Itanhenga, Cariacica. A decisão do presidente do Iesbem, Jamil Moysés, foi com base no fato de que o órgão não poderá mais acomodar pelo menos os adultos. "O estoque de alimentação para nossos internos está acabando e, além do mais, estamos precisando das dependências do centro de recuperação feminina", disse Jamil.

Os invasores, entretanto, somente aceitaram a decisão após uma reunião com representantes da Cesan e o secretário de Bem Estar Social, Clóvis de Barros, que garantiram a instalação de reservatórios de água e a doação de madeira suficiente para a construção de barracos, dentro de 10 dias.

Conforme disse Jamil Moysés, o Iesbem assumiu um compromisso com o governo do Estado de alojar os invasores somente por cinco dias. Ocorre que, devido à morosidade com que foram realizados os serviços de arruamento, aterro e demarcação dos lotes na área de Itanhenga, as famílias extrapolaram em 20 dias a permanência no Iesbem.

A situação ficou então insustentável. As internas do Centro de Recuperação Feminina começaram a protestar, porque perderam a liberdade de transitar livremente no centro e, ainda, a alimentação de todos os menores já estava sendo racionalizada. Segundo Moysés, estava sendo consumido um estoque de alimentos previsto para três meses em apenas uma semana.

Ontem, o presidente do Iesbem desabafou: "Estamos nos desviando das diretrizes estabelecidas pela Fundação do Bem-Estar do Menor e, conseqüentemente, cometendo um grave erro que, poderá nos enquadrar no Código Penal Brasileiro".

"Por isso — prosseguiu Jamil Moysés — estou apelando à comissão dos invasores e também à Igreja, que tem dado seu apoio a essas famílias, que entendam meu posicionamento". O Iesbem, segundo o presidente, admitiria apenas a permanência dos 160 menores, filhos dos invasores, já que esta atitude estaria dentro do contexto da Funabem. Mas os pais não aceitaram a separação.

Somente depois que a Cesan garantiu instalar os reservatórios de água no local e a Companhia Vale do Rio Doce, atendendo solicitação do governador Eurico Rezende, resolveu doar madeira suficiente para a construção de barracos, é que os invasores aceitaram o prazo do Iesbem. Caso contrário, conforme o membro da comissão, Joilson Correia, a única alternativa seria retornar à Catedral Metropolitana de Vitória, onde ficaram alojados logo após o despejo de Rosa da Penha, em janeiro.

879